

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1197811 - DF  
(2010/0110172-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : BANCO CITIBANK S A**  
**ADVOGADOS : SERGIO BERMUDEZ E OUTRO(S) - RJ017587**  
**ALFREDO DOMINGUES BARBOSA MIGLIORE E**  
**OUTRO(S) - SP182107**  
**LUIS FELIPE FREIRE LISBOA E OUTRO(S) - DF019445**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
**TERRITÓRIOS**

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO EMBARGADO PROFERIDO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO FOI CONHECIDO POR DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO DE QUESTÃO DE MÉRITO DO APELO NOBRE, SEJA DE DIREITO MATERIAL SEJA DE DIREITO PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 315/STJ, POR ANALOGIA. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 1.043, INCISOS I E III, DO CPC/2015. RECURSO DESPROVIDO.

1. A finalidade dos embargos de divergência é a uniformização da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, portanto não podem ser utilizados como nova via recursal, objetivando a correção de eventual equívoco advindo do julgamento do próprio recurso especial.

2. Desse modo, não é cabível sua interposição para discutir o acerto ou desacerto na aplicação da regra técnica de conhecimento de recurso especial, como no caso, em que o juízo de admissibilidade nem sequer chegou a ser ultrapassado, ante a ausência de demonstração da efetivação do preparo, uma vez que o recorrente "trouxe cópia ilegível do comprovante de recolhimento das custas processuais, inviabilizando, desta feita, a conferência da regularidade do preparo recursal".

3. O art. 1.043 do CPC/2015, incisos I e III, ao disciplinar as hipóteses de cabimento dos embargos de divergência, parte da premissa de que tanto o acórdão embargado quanto o aresto apontado como paradigma tiveram o mérito do recurso especial analisado.

4. O mérito dos embargos de divergência, segundo o § 2º do referido dispositivo, decorre da aplicação do direito material ou do direito processual contido na tese do recurso especial, não se podendo extrair dessa previsão normativa interpretação autorizativa para se utilizar o recurso uniformizador como instrumento viabilizador de novo exame quanto ao conhecimento do recurso especial.

5. A análise dos requisitos de admissibilidade do apelo nobre no caso concreto é realizada de forma soberana pelo respectivo órgão fracionário deste Tribunal, e, em regra, não pode ser revista através dos embargos de divergência, sob pena de se criar, no Superior Tribunal de Justiça, segunda instância revisora nesse aspecto.

6. Na hipótese, a pretensão da parte ora agravante encontraria amparo no inciso II do art. 1.043 do CPC/2015, o qual previa o cabimento de embargos de divergência contra acórdão que, "em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos embargado e paradigma, relativos ao juízo de admissibilidade". Ocorre que esse dispositivo foi revogado expressamente pela Lei n. 13.256 de 4/2/2016.

7. Agravo interno desprovido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Documento: 108246760

Página 1 de 2

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 31 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator